

Economia Solidária: utopia transformadora ou política de controle social?

*“mundo, mundo, vasto mundo
se eu me chamasse Raimundo
seria uma rima
mas não seria a solução”
Drummond*

Liana Carleial¹(UFPR)
Adriane Paulista²(UFPR)

Resumo

O presente artigo defende o argumento de que a economia solidária não se constitui numa utopia transformadora; ao contrário, ela se aproxima, no Brasil, de uma política de controle social da pobreza. Para tanto faremos um contraponto entre a empresa coletiva solidária e a firma-rede contemporânea, evidenciando que é esta última “a pista” mais importante para pensar a superação do capital.

Palavras-chave : economia solidária, sociedade pós-capitalista, firma-rede

Abstract

This article defends the argument that the solidarity economics isn't the material base of post-capitalist societies; instead, in Brazil, the solidarity economics is near a sort of public policy of social control of poverty. For this, we shall examine a comparison between a enterprise collective solidarity(producer cooperative) and the network-firm capitalist. Finally, we conclude that the network-firm capitalist is the principal route for new post-capitalist societies.

Key-words : solidarity economics, post-capitalist society, network-firm

O estudo da economia solidária apresenta uma série de dificuldades para aqueles que procuram um entendimento mais completo do fenômeno. A princípio pode-se indagar a qual área do conhecimento ela pertence. Provavelmente, o fato mais evidente é o que sinaliza para uma espécie de impropriedade entre a junção das palavras economia e solidariedade. Qualquer um de nós sabe que, no âmbito da economia, a

¹ Professora titular da UFPR e pesquisadora do CNPq.

² Economista, foi aluna do Curso de Ciências Econômicas da UFPR e bolsista IC do CNPq à época do desenvolvimento do projeto.

regra que impera é a da concorrência e da disputa para obter de, mais a mais, o mercado e garantir a venda dos produtos.

A solidariedade parece pertencer a outro âmbito, o da ética, o da moral, mas não ao da economia. GIRARD(2005), entretanto, considera que tanto concorrência como solidariedade estão presentes na natureza e portanto, poderiam ser entendidos como elementos naturais, presentes em qualquer sociedade. Adicionalmente, ele ainda argumenta que a regulação pela solidariedade pode ser implementada ao lado mesmo da regulação pela concorrência sem lhe ser subordinada. Isto sugere que haja uma imbricação entre as duas esferas de regulação o que até o momento padece de uma explicação mais convincente. Como fazer? Como implementar? Como evitar a instrumentalização de uma esfera pela outra?

Mesmo assim, GIRARD e AZAIS(2002) acabaram por optar, no âmbito de uma pesquisa realizada na França, que o melhor seria a instituição do conceito de “práticas solidárias” e não mais “economia solidária”³. Ou seja, o mais importante seria pensar a *praxis*... Em artigo ainda mais recente, AZAIS(2006) chega a afirmar que a economia solidária não existe. Entretanto, essa rotulação migrou do âmbito da conjugação dos conhecimentos da economia social, sociologia econômica e da prática dos movimentos sociais para o conjunto das demais áreas do conhecimento, adentrou governos e políticas públicas. É então no âmbito deste debate que se insere esse artigo.

O sistema capitalista historicamente assentado sobre o conflito capital-trabalho tem fortes determinações e é inegável que sob o capital, o que pode ser visto como “natural” passa a ser a regra de uma forma muito precisa de organizar a produção e o trabalho, regidos pela concorrência, e só posteriormente regulados socialmente, como por exemplo, as regras da propriedade industrial, códigos do consumidor, etc. O funcionamento regular desses procedimentos tem ensejado movimentos intensos de diferenciação entre países e regiões, o acirramento dos processos de concentração de renda e propriedade o que, por si só, é absolutamente contrário a qualquer princípio solidário de vida humana. A fase atual do capitalismo, entendida como de

³ Para Azais(2006) uma prática solidária compreende as práticas destinadas à produção de bens, serviços e vínculo social. Por elas se inscreverem no espaço público, uma prática solidária é qualificante, participativa e geradora de coesão social. Nem o estatuto da organização, nem o objeto da sua atividade permitem classificar as organizações no “setor” da economia solidária. A prática solidária se inscreve num espaço público, que tenha por objetivo uma produção econômica eficiente e que desemboque no aprofundamento do vínculo social. Com o auxílio de Fontaine e Girard(2003) considera ainda que as práticas solidárias, participativas, qualificantes, estão ancoradas no território e combinam o engajamento social à iniciativa econômica. Segundo ainda Azais(2006), as práticas solidárias indicam por parte dos indivíduos, nas suas ações concretas, um desejo, mesmo que inconsciente, de produzir vínculo social. Portanto, a prática solidária se distancia do domínio e da racionalidade do jogo econômico dominante e, desta feita, se inscreve contra a tendência da subordinação do social ao econômico.

mundialização do capital com dominância da esfera financeira, tem ampliado os conflitos, alterado as suas formas de expressão e acelerado as desigualdades sociais no mundo. Daí, talvez, a importância conferida hoje à economia solidária.

Nos países desenvolvidos, como Canadá e França, ela ocupa papéis distintos. No Canadá, ela parece basear um movimento amplo, quase uma frente política por um mundo melhor sem, no entanto, expressar se seria a luta pelo socialismo ou simplesmente por um mundo menos desigual. Na França, ela se constitui num movimento subordinado à economia social, comandado pelas associações, cooperativas e mutuais. Ela acaba sendo um mosaico de serviços de proximidade, serviços pessoais, mas com uma inserção, a nosso ver, subordinado aos movimentos da economia social. Em nenhum momento, na literatura pertinente, nos seminários e debates há uma proposta de superação do capital.

A evidência do fracasso das estratégias desenvolvimentistas nos países subdesenvolvidos, especialmente os latino-americanos, e o reconhecimento da natureza estrutural do desemprego tem gerado a proliferação de experiências de geração de trabalho e renda identificadas em diferentes “locais” como experimentos em economia solidária as quais evidenciam soluções localmente construídas, aproveitando os recursos e potencialidades do lugar sob a forma jurídica de cooperativas, associações, organizações comunitárias etc.

No Brasil, espera-se muito da economia solidária. Ela é definida como sendo uma forma alternativa de produção e trabalho cujo princípio central e norteador é a auto-gestão. No entanto, atribui-se a ela papéis extremamente significativos. Por exemplo, ela pode ser o caminho de superação do capitalismo, exigindo para isto a ativação de movimentos sociais que comungam com esse propósito e consideram cada pessoa que sobrevive graças a uma empresa coletiva da economia solidária(cooperativa, associações) como um militante deste movimento(VIEIRA, 2006). Esta construção é sustentada por interpretações teóricas importantes e desenvolvidas por economistas reconhecidos, como é o caso do prof. Paul Singer(2003) e, em parceria com André Ricardo de Souza no ano 2000, entre outras publicações.

Por outro lado a inclusão da economia solidária no âmbito das políticas públicas brasileiras com a criação em junho de 2003, da Secretaria de Economia Solidária ancorada no Ministério do Trabalho do Governo brasileiro criou uma expectativa ainda maior pelas possibilidades desta “economia”.

O presente artigo tem como objetivo defender o argumento de que a economia solidária não oferece elementos significativos para uma melhor compreensão dos passos para a transição para além do capital, ou seja, para o que costumamos chamar de socialismo mesmo que não queiramos estabelecer laços com o “socialismo real”. Além disto, tal como se faz a prática da política pública, no Brasil, a economia solidária se aproxima mais de uma política de controle social que mantém os mais pobres envolvidos na busca de sua precária sobrevivência material por meio de cooperativas e/ou associações, ensaiando práticas de cooperação e sinergias, porém afastados do que interessa sob o capital, o conflito.

Para fazer isto o artigo vai lançar mão da discussão teórica, de resultados de pesquisa empírica realizada pelas autoras e ainda de uma sucinta análise da ação da política pública brasileira voltada para a economia solidária. Para tal ele está estruturado em cinco sessões.

2 Elementos da análise teórico-metodológica

A análise da chamada economia solidária no Brasil é marcada pela proliferação de pesquisas empíricas que mapeiam, analisam e expõem os resultados de experiências concretas de formas de organização da produção e do trabalho tidas como alternativas. Incluem-se aqui, cooperativas, associações, grupos sociais ligados a instituições como a Igreja católica, grupos de produtores etc. Na realidade esse objeto ganhou relativa autonomia mesmo que a análise teórica não tenha sido capaz de progredir no mesmo passo.

As tentativas de conceituar a Economia Solidária se demonstraram insuficientes para abranger a pluralidade de dimensões que ela engloba, mas esse fato não nos impede de identificar alguns postulados comuns, aceitos pelo conjunto dos autores que tratam do tema, entre os quais é possível apontar: o objetivo de produzir um bem ou serviço de modo sustentável e sem ter por finalidade o lucro; gestão independente do Estado; estruturas associativas; processo decisório democrático com ênfase na participação e na cooperação, assim como primazia das pessoas e do trabalho sobre a remuneração do capital.

Trata-se, também, como observam LAVILLE ET FRANÇA (2004) de uma Economia “Plural”, constituída por empreendimentos em diferentes graus de formalização e nos quais se sobreporiam elementos mercantis, pois se dá sob o

mercado, e nesse sentido “sob o capital” (CARLEIAL ET ALII:2004); mas também elementos não mercantis, dado a relevância do princípio da distribuição, e ainda elementos não monetários pela ênfase atribuída à reciprocidade nas relações de troca. E cuja sobrevivência “longa e duradoura” – como aponta GAIGER (2000:278) - dependerá da capacidade dos empreendimentos, assim organizados, “de conciliarem as relações de trabalho que lhe são próprias <...>com os imperativos da eficiência”, o que nos remete às leis de mercado que regem também a Economia Solidária.

Na última década, diante do acirramento dos efeitos das políticas de cunho neo-liberal sobre os mercados de trabalho com o conseqüente aumento do desemprego aberto, ampliou-se o interesse pelas atividades associativas e cooperativas que têm sido rotuladas como Economia Solidária(SINGER e SOUZA,2000; NAKANO, 2000; GEIGER; 2000)⁴.

Este é um conceito polêmico e, até certo ponto, vago o que tem dificultado a sua apreensão mais sistematizada ⁵. Uma das interpretações mais comuns no debate europeu é a de que a Economia Solidária está ancorada no âmbito da Economia Social, reconhecendo assim a necessidade imperiosa de integrar os aspectos econômicos e sociais do desenvolvimento.

Acaba decorrendo desta interpretação a proposição de que a Economia Social é uma possibilidade de recuperação do tecido social em degeneração com as crises sucessivas e os ajustes estruturais implementados desde os anos oitenta, que é o argumento mais presente no debate europeu. Por outro lado, há também interpretações que consideram a Economia Solidária como uma forma alternativa ao capitalismo(Singer, 2000) ainda sob seus marcos ou, ainda a de Gaiger(s/d)que cuidadosamente procura inserir tal discussão no âmbito da teoria da transição.Estas duas interpretações indicam o âmbito das possibilidades esperadas ou das expectativas em torno do tema: a Economia Solidária como uma reação a um quadro de crise de mercado de trabalho e ainda, a Economia Solidária, centrada no trabalho associado, como uma pista para a superação do capital⁶.É certamente um amplo espectro!

⁴ Perspectivas de análise intituladas como Economia Plural(AZNAR ET ALII;1997), Terceiro Setor de Utilidade Social(LIPIETZ;1999) traduzem as mesmas preocupações em países distintos e portanto, com especificidades próprias.

⁵ Para uma discussão muito completa da evolução desta discussão no Brasil ver: VIEIRA(2005) e para um melhor posicionamento da visão das autoras ver CARLEIAL ET ALII(2004).

⁶ Neste ponto é necessário considerar que o capitalismo é, antes de tudo, assalariamento. Em segundo lugar, o estatuto jurídico da propriedade privada é sustentado pelo Estado. Sobre tais aspectos reina o silêncio neste debate. O que a economia solidária tem a dizer sobre isto é uma boa pergunta.

Na primeira abordagem, a base teórica largamente utilizada advém dos clássicos do cooperativismo como é o caso de Robert Owen e Charles Fourier e assim, do socialismo utópico. Esta construção, crítica da economia política clássica, possui uma conotação de denúncia dos efeitos do capitalismo sobre as populações desprovidas, sem trabalho, moradia etc; perfila-se como denúncia e ao mesmo tempo propõe como alternativa o cooperativismo, enquanto meio de “convivência” com o capitalismo, mas sem ruptura significativa⁷. O fôlego do socialismo utópico para enfrentar essa discussão é claramente insuficiente, como veremos nas seções seguintes, sendo imprescindível a incorporação das bases do socialismo científico e portanto, os escritos de Marx e Engels sobre a transição do capitalismo.

O nosso modo de analisar a Economia Solidária exige que consideremos extremamente difícil acolher sob a mesma interpretação experiências e práticas tão díspares como algumas práticas associativas como cooperativas, associações, grupos comunitários, clubes de troca, movimentos sociais, em especial o estruturado e importante MST-Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

Neste ponto é preciso ressaltar que os escritos do prof. Paul Singer sobre economia solidária não tem incitado, como seria esperado, o debate no meio acadêmico, porém uma espécie de aceitação tácita no âmbito da organização dos movimentos sociais que “vivem” a economia solidária.

Para nós é indispensável ressaltar que a categoria chave para ele é a “cooperativa de produção” enquanto “unidade típica da economia solidária”(2003; p.18). No entanto, não há maiores esclarecimentos sobre o que constitui exatamente uma cooperativa de produção, o que tem aberto espaço para muitas especulações bem como propiciado a conjugação de vários formatos organizacionais sob a denominação de economia

⁷ O caso brasileiro é bem peculiar no que se refere ao cooperativismo pois possui dois grandes campos de atuação das cooperativas de produção e/ou de prestação de serviços. Na realidade, há uma prática intensa do que chamamos cooperativismo empresarial, ou seja, firmas capitalistas travestidas de cooperativas. Na tipologia proposta em artigo anterior as intitulamos de firma-fraude. De acordo com a OCB- Organização das Cooperativas Brasileiras, em 2004, eram 7.500 cooperativas no país, abrigando 6 milhões de pessoas. Há uma forte concentração regional, 55% delas está no Sudeste e 29% no Sul, e no ano de 2004 a exportação (predominantemente complexo soja(grão, farelo e óleo), açúcar, café, carnes, trigo e milho) cresceu num patamar acima da média brasileira que foi de 32% em relação ao ano anterior.

O segundo grupo é constituído pelo chamado cooperativismo popular que ganhou maior visibilidade a partir do estabelecimento e desenvolvimento da Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, coordenada pela UFRJ. São essas cooperativas que, em grande parte, dão concretude aos empreendimentos da chamada “economia solidária”. São dois mundos tão distintos que em entrevista, ouvimos na Organização das Cooperativas do Paraná- OCEPAR que não se sabe o que é economia solidária. Finalmente, é ainda relevante mencionar que na década de noventa, o Governo Brasileiro inicia um processo de flexibilização do mercado de trabalho e a lei 8.949/1994 cria as cooperativas profissionais e assim a “brecha” para a criação de cooperativas de trabalho.

solidária, como já foi referido anteriormente. É exatamente a unidade típica da Economia Solidária que será o alvo da nossa crítica. Para desenvolver essa análise vamos lançar mão de uma pesquisa de campo realizada em duas regiões metropolitanas brasileiras o nós chamada de empresa coletiva solidária, como veremos a seguir.

Esta pesquisa realizada no período 2002-2005, com o apoio do CNPq, estabeleceu uma discussão com a literatura pertinente e partiu de uma postura teórico-metodológica ancorada na teoria econômica, especialmente na tendência clássica de coletivização das unidades produtivas, já apontado por Marx, mediante os conceitos de centralização e concentração de capital, e ainda, da tendência de socialização crescente das forças produtivas capitalistas as quais possibilitariam, historicamente, a superação do capital enquanto modo de produção.

Consideramos também o que o significado econômico da solidariedade reside na decisão voluntária de compor uma organização produtiva centrada na cooperação cujos resultados são apropriados de forma coletiva. O eixo – voluntariedade, trabalho associado, cooperação e apropriação coletiva dos resultados - dá o conteúdo econômico da economia solidária. Conseqüentemente, exclui o trabalhador autônomo, a pequena empresa capitalista e/ou familiar e, certamente, qualquer atividade que possamos identificar como inerente ao terceiro setor como ONGs, fundações, responsabilidade social das empresas e ainda os movimentos sociais em geral, mesmo reconhecendo que muito dos empreendimentos solidários aí se originam.

Para a teoria econômica, firmas e mercados são espaços-chave para a organização da produção, para a tomada de decisão, para a implementação de mudanças tecnológicas, para a construção de aprendizados bem como para a organização do trabalho.

Por outro lado, como nos ensinou CHANDLER(1990), o desenvolvimento do capitalismo propiciou inúmeras mudanças, alterações e transformações nas firmas. Analisando o desenvolvimento dos Estados Unidos e da Alemanha, através do comportamento das grandes firmas, ele aponta como aspectos centrais a complexidade da firma e a importância das inovações organizacionais. Essa complexidade e sua forma organizacional resulta certamente do padrão que assume a divisão do trabalho, destacando a tecnologia e a evolução das condições de produção para a determinação dos formatos organizacionais.

O desenvolvimento capitalista recente tem ensejado uma transformação profunda na constituição da firma cada vez mais identificada por suas competências, a

qual resulta, de modo quase inequívoco, na dominância da firma-rede enquanto tendência; esse formato, por sua vez, tem aberto um espaço produtivo para diferentes formatos organizacionais das atividades econômicas⁸. Assim, a consolidação de um novo formato organizacional, a firma-rede, parece ser a base da multiplicação de outros formatos organizacionais, inclusive o da empresa solidária⁹; é o caso da montadora automobilística que contrata uma cooperativa de trabalhadores para lhe prestar serviços de informática.

Essa prática sugere que não é só do ângulo da oferta de trabalho, ampliação do desemprego aberto, por exemplo, que podemos localizar a origem das práticas solidárias; precisamos considerar ao mesmo tempo, as possibilidades reais oferecidas pela divisão do trabalho vigente, pelo atual paradigma tecnológico e ainda, pela visão crítica quanto ao modo de organizar a produção e o trabalho sob o capital.

Por outro lado, a forma associativa e cooperativa de trabalhar não necessariamente é assumida de forma livre e soberana por seus integrantes, mas pode também evidenciar a flexibilização do mercado de trabalho quando, por exemplo, um hospital despede os seus médicos e os recontrata mediado por uma cooperativa. Adicionalmente, no caso brasileiro, há a ação de algumas políticas públicas ou da ação comunitária da Igreja Católica e do Governo Federal que induzem ao trabalho associado, como a constituição de cooperativas para a coleta e reciclagem de resíduos sólidos¹⁰.

Na pesquisa desenvolvida por nós, e que é a base deste artigo, consideramos que os empreendimentos solidários podem ser considerados como inovações organizacionais. Nesse sentido apóia-se teoricamente na análise da inovação econômica e na sua importância para o desenvolvimento econômico (SCHUMPETER;1912)

Assim, a Empresa Solidária foi considerada por nós como uma inovação organizacional, em si mesma, caracterizada pelos seguintes elementos: (i) é uma iniciativa coletiva de produção de bens e/ou serviços, (ii) criada para empreender com o objetivo de apropriação coletiva dos resultados; (iii) organizada de modo associativo e

⁸ Para uma boa análise do que seja a firma-rede ver: VELTZ (2001).

⁹ É necessário lembrar que ambas, a atual firma-rede e a empresa-solidária são empresas coletivas.

¹⁰ Num artigo anterior, CARRION, R; CARLEIAL, L; CARVALHO NETO, A (2004), nós analisamos dois exemplos: o primeiro, A Recoopere, uma cooperativa de coletadores de resíduos sólidos situada na Região Metropolitana de Curitiba organizada com o apoio da Fundação de Ação Social (FAS) da prefeitura de Curitiba; o segundo, A Associação dos coletadores de papel, papelão e materiais recicláveis do município de Belo Horizonte (A ASMARE) a qual foi criada por instituições ligadas à Igreja Católica.

(iv) baseada nos princípios de autonomia, gestão democrática e valorização do trabalho acima do capital

Com base neste arcabouço teórico metodológico a pesquisa empírica foi desenvolvida em duas regiões metropolitanas do sul do país: Curitiba e Porto Alegre¹¹. O método foi exploratório descritivo complementado com pesquisa ação e estudo de casos múltiplos. As técnicas de coleta de dados utilizadas foram: questionário, observação participante, entrevistas, consulta a dados secundários, participação em eventos (reuniões, fóruns, feiras, seminários de formação, encontros...), realização de atividades de assessoria e de capacitação gerencial.

No que se refere à composição da amostra de empreendimentos solidários foi definido que seriam investigados, no mínimo 30 - dos quais 15 na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPOA) e 15 na Região Metropolitana de Curitiba (RMCR). O formato jurídico dessas empresas coletivas era, majoritariamente, de associações na RMPOA e de cooperativas na RMC. Em Porto Alegre, os setores de atividades nos quais tais associações atuavam eram a metalurgia e o reciclo; no caso de Curitiba as cooperativas se situavam nos setores do reciclo, prestação de serviços e alimentos.

3 Uma análise resumida dos resultados

A análise dos resultados evidencia as dificuldades de aceitar a empresa solidária enquanto uma inovação organizacional centrada na motivação do trabalho coletivo, na partilha dos resultados e na gestão democrática. Em primeiro lugar, nas duas regiões estudadas há a atuação de políticas públicas voltadas para a indução da constituição de cooperativas e/ou associações, o incentivo de práticas cooperadas e de partilha dos resultados. No caso da RMCR, das quinze empresas solidárias apenas uma tinha como objetivo claro, autônomo e definido previamente, a constituição de uma cooperativa como um projeto político de «fazer de outro modo». As demais objetivavam obter trabalho e renda, mesmo aquelas cooperativas incubadas pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares- ITCP da Universidade Federal do Paraná/UFPR. No caso da RMPOA, a presença da política pública indutora das empresas solidárias atinge a todos os empreendimentos solidários.

Logo, o elemento de voluntariedade é muito frágil e é construído mediado pela

¹¹ Em Porto Alegre, a pesquisa foi coordenada pela profa. dra. Rosinha Carrion, da UFRGS, coordenadora também do projeto CNPq no. 4777024/2003-3.

política pública indutora. Cabe então, a pergunta, porque incentivar esse formato de organização? Essa constatação sugere certamente a interpretação de que tais políticas se constituem em mero « *approche* » da política de geração de trabalho e renda. Mas por que não assumi-las como tal? Por que intitula-las de “Economia Solidária”.

Os resultados da pesquisa também revelaram que essas empresas solidárias são capazes de introduzir inovações de distintas naturezas, internas e externas às empresas e ainda, capazes de gerar inovações em políticas públicas ¹². Neste sentido se reconhecem submetidas ao mercado e precisam buscar ganhos de produtividade e manter/ampliar mercados.

Entretanto, muitos são os problemas. De um lado, equipamentos sucateados e dificuldade na democratização das práticas de gestão e preocupante dependência de recursos públicos. Por exemplo, tanto em Porto Alegre como em Curitiba a democratização da gestão permanece na condição de desafio a ser superado. De outro, a valorização do trabalho sobre o capital, a criatividade e a incorporação de inovações pontuais, as quais não apresentam, todavia a dinâmica necessária, face à escassez de recursos, à fragilidade das redes, à pulverização das ações públicas e ainda, o clientelismo subjacente à lógica dos gestores públicos, entre outros fatores.

Tais dificuldades configuram problemas de acesso à matéria-prima, ao capital de giro, ao crédito, aos mercados gerando capacidade ociosa, de gestão de negócios e de pessoas. Resumindo, enfrentam os problemas clássicos atribuídos aos pequenos negócios. Estudos empíricos (por exemplo: TIRIBA, 2000; POCHMANN, 2002) têm apontado o quanto a ausência de competência para gerir ameaça a sustentabilidade dessas iniciativas.

Adicionalmente, o enfrentamento desses problemas mobiliza redes de apoio (formadas por ONGs, Universidades sobretudo através de suas Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs, poder público etc) as quais também foram analisadas pela pesquisa. Neste âmbito é importante considerar que o papel das ITCPs evidenciou-se extremamente positivo no sentido de formar, capacitar e acompanhar esses empreendimentos até o momento de sua relativa independência. No entanto, nos demais casos há um certo desequilíbrio de poder entre os membros, pois há sempre uma esfera que detém o « Poder ». No caso das cooperativas de Metalurgia em Porto Alegre, é o Sindicato da categoria, já no Reciclo é o DMLU-Departamento

¹² No espaço deste artigo é impossível a apresentação aprofundada dos resultados; o objetivo aqui é muito mais fornecer uma certa base para a análise que se seguirá nas próximas seções .

Municipal de Limpeza Urbana. No caso de Curitiba, cuja rede institucionalizada é muito recente, são as esferas de gestão do governo do estado; no entanto há uma característica muito positiva que é o reconhecimento de que está na ITCP/UFPR o conhecimento capaz de fomentar, organizar e acompanhar cooperativas populares nascentes.

Não menos importante, é o problema da sustentabilidade da Economia Solidária, face sua forte dependência de recursos governamentais, os quais até o momento vêm sendo aportados de um modo geral, pelo Fundo de Amparo do Trabalhador, do Ministério do Trabalho (FAT-Mtb). É preciso ter claro que eles podem ser desativados a qualquer momento, o que é bem possível em um país sem a tradição de continuidade das políticas públicas como o Brasil.

Outro fator que já está comprometendo a viabilidade da economia solidária, na Região Metropolitana de Porto Alegre, é o fato do “capital político” ser o fator determinante para o acesso a recursos. A disputa entre as associações de reciclo, na RMPOA, é um exemplo nítido das consequências nefastas do clientelismo como critério para as relações entre o Estado e a Sociedade.

Diante de tal pluralidade e complexidade de desafios, quais finalmente as reais possibilidades e limites à empresa solidária que nossa amostra permite apontar? São esses os resultados que nos levam a questionar dois aspectos centrais da análise da economia solidária no Brasil. Será essa forma de organizar a produção e o trabalho um meio para a superação do capital? Para tanto torna-se imprescindível retomar a discussão da trajetória da firma ao longo do desenvolvimento capitalista.

4 A impossibilidade de pensar a superação do capital a partir da economia solidária¹³

4.1 Empresa coletiva: uma construção do desenvolvimento do capital

O modo capitalista de produção repousa sobre a propriedade privada dos meios de produção postos em ação pela força-de-trabalho, a qual organizada de acordo com a divisão do trabalho vigente, vai gerar mercadorias e/ou serviços. Tais mercadorias e

¹³ Para uma crítica da economia solidária, do ângulo do trabalho, enquanto possibilidade de constituição de um novo modo de produção, tal como pressuposto por Singer, ver: Germer (2007). Infelizmente só tive acesso a essa crítica quando este artigo já estava concluído. Mesmo assim arriscaria a afirmar que os dois artigos tendem a ser complementares.

serviços, se vendidos, possibilitarão a realização de valor acrescido o qual será apropriado privadamente.

A firma emerge ao longo do desenvolvimento capitalista exatamente como um formato de organizar a produção e o trabalho com o fim de produzir bens e/ou serviços. À medida que a introdução do progresso técnico é cada vez mais necessária, crescem as escalas de produção as firmas, altera-se a sua forma de organização, buscando assim reagir às diferentes expressões da concorrência intercapitalista, reduzir a grande incerteza que lhes ronda e dificulta seus planos, defendendo-se da ação dos mercados.

O longo processo de desenvolvimento capitalista imprimiu a seu turno uma série de alterações e transformações na forma de organizar a produção e o trabalho, gerando conseqüentemente modificações nos modelos de firmas e em suas representações. Esses arranjos mutantes retratam ao longo do tempo as transformações pelas quais passou o modo de produção capitalista.

Inicialmente, considerando a formatação indicada por MARX, cada capital particular constitui parte alíquota da massa de capital em movimento e considera o dono do dinheiro que circula como capital, seu proprietário¹⁴. Já a partir da manufatura fica evidente a saída do proprietário do dinheiro do processo produtivo e de sua coordenação e a atribuição dessa função aos prepostos do proprietário e, nesse sentido, embrionariamente esboça-se um certo formato de organização da firma. Assim, quando a indústria domina o cenário da produção capitalista, a firma cresce e amplia a sua escala de produção e os movimentos de concentração e centralização do capital multiplicam os efeitos inerentes ao crescimento da produtividade e ao permanente processo de incorporação de progresso técnico¹⁵.

Adicionalmente, o crédito emerge como moeda central no capitalismo. Mas seria via centralização de capitais que as sociedades anônimas deveriam emergir e dominar o cenário do capitalismo. Daí decorreria a possibilidade da centralização ensejar um momento no qual, num dado ramo de atividades, todos os capitais se fundissem num único capital ou ainda, quando numa sociedade todo o capital social ficasse submetido a

¹⁴ É importante lembrar que a análise neo-clássica também se utiliza desse mesmo artifício considerando que a firma pode ser entendida como um ator centrado no seu proprietário que tem como objetivo a maximização do lucro. Como argumentam CORIAT e WEINSTEIN(1995) é a firma ponto(sem espaço nem dimensão) e autômato, com caráter passivo.

¹⁵ Marx já argumentava no capítulo XXIII de O Capital que “o aumento do tamanho dos estabelecimentos individuais constitui por toda a parte o ponto de partida para uma organização mais vasta do trabalho cooperativo que utilizam, para mais amplo desenvolvimento de suas forças materiais, isto é, para a transformação progressiva de processos de produção isolados e rotineiros em processos de produção socialmente combinados e cientificamente organizados”p. 729.

um único controle. Sabemos hoje que nenhum desses momentos extremos se produziu sob o capital, uma vez que a regulação do Estado tem conseguido, de uma certa forma, controlar a ação dos monopólios mediante a vigência de legislações que procuram regular a concorrência entre os blocos de capital e ainda, no outro extremo, a centralização social total dos meios de produção redundaria numa determinada forma de socialismo, muitas vezes confundida com as experiências do socialismo real.

Entretanto, o que o mundo capitalista tem assistido é a uma dominância de uma certa socialização da propriedade privada sob a forma jurídica de sociedades anônimas, ou seja, sob uma forma socializada da propriedade privada. Essa forma jurídica pode assumir porém diferentes formatações tais como a grande empresa capitalista, retratada historicamente, como a firma vertical fordista. A partir dos anos noventa, entretanto, a firma vem assumindo mundialmente o formato organizacional de rede, ou seja, a firma-rede.(VELTZ, 2001;CARLEIAL,2001).

Esse parece ser o formato adequado para a fase do desenvolvimento capitalista retratado por uma mais intensa integração internacional dos mercados de bens e o financeiro, produzindo mercados de trabalho cada vez mais fragilizados pelo lento crescimento econômico, pela perda de poder político dos sindicatos, pelo ataque sistemático aos modelos de Estado de Bem Estar no mundo desenvolvido e, ainda, pela quase impossibilidade de sua implementação nos países subdesenvolvidos. Na realidade, ao lado de um claro movimento de globalização produtiva e financeira, assiste-se também a uma espécie de concorrência entre os modelos de Estado Social entre diferentes blocos de países, cada um buscando ser o mais atraente possível para sediar novos investimentos, ameaçados cada vez mais pelo poder sedutor das condições chinesas de produção ¹⁶.

Além disto, tal fase está fortemente ancorada numa transformação tecnológica importante, a microeletrônica, diante de sua invasão nos diferentes setores da atividade econômica, deixando cada vez mais evidente a dominância da ciência nos processos produtivos.

Seguindo de perto uma tipologia proposta por BOUTTILLER(2005) é possível identificar dois outros passos indispensáveis para a compreensão da trajetória das firmas, entre o momento do proprietário capitalista, à la Marx, à firma-rede atual. Para

¹⁶ De acordo com a UNCTAD, em 2000 haviam 63.212 sociedades-mães multinacionais, localizadas em 47 países de origem controlando 821.818 filiais estrangeiras em 175 países hospedeiros. Em 1977, tais indicadores eram: 11000 sociedades mães com 82000 filiais estrangeiras. Extraído de BOUTTILLER(2005) p.03 .

essa autora é importante considerar a análise schumpeteriana que introduz a figura do empresário, enquanto figura central do desenvolvimento e capaz de quebrar o movimento circular da renda através da introdução de novas combinações que podem ser novos produtos, novos mercados, novas matérias primas, novas formas de organização etc. Enfim, o empresário é aquele que mesmo sem ser o proprietário do capital é impulsionado por determinadas condições a inovar e a convencer o banqueiro a lhe conceder o crédito para tal empreitada, transformando-se no verdadeiro motor do desenvolvimento capitalista.

Em 1942, SCHUMPETER terá uma interpretação mais real sobre o desenvolvimento capitalista e o empresário inovador será substituído pela visão de uma grande organização portadora de um setor inteiramente dedicado à tarefa de inovar, uma vez que a força da concorrência é identificada como suficiente para “arrombar” portas fechadas. BOUTILLER chama a atenção para o fato de que em Schumpeter, finalmente, a grande empresa substitui o indivíduo e a sociedade por ações substitui a propriedade individual.

Já GALBRAITH(1978) nos anos sessenta do século passado vai analisar o capitalismo americano e conclui que: há uma forte dominação de grandes empresas poderosas que planejam o mercado mundial; ii. As pequenas firmas são presentes em número mas marginais no volume de criação de riquezas; ii. O desaparecimento do empresário substituído por uma espécie de técnico-estrutura que separa acionistas e administradores ou gestores do capital. O autor, segundo BOUTILLER(p.15) identifica ainda uma aproximação entre o Estado e as grandes empresas e ainda uma espécie de aproximação com algumas características do socialismo diante da burocratização das decisões e da coletivização da propriedade ¹⁷.

Hoje já se tem claro que, na esteira da constituição da firma-rede, essa organização busca exatamente compensar as tendências de burocratização ao tornar-se mais horizontal, mais flexível, por fazer uso de terceirizações, construindo fortes aliados para a constituição de um novo modo de coordenação que lhe protege da ação predatória dos mercados. Fica assim evidente desde Marx, a tendência de uma espécie de relativa socialização da propriedade privada retratada na grande empresa capitalista cujo formato jurídico é o das sociedades anônimas, e o grau de pulverização do capital

¹⁷ É importante considerar a complexificação das formas de propriedade com o advento da propriedade intelectual e do conhecimento bem como pelas inovações financeiras, criando assim novas rendas e ampliando o caráter rentista do capital.

depende necessariamente do grau de abertura de seus capitais e do maior ou menor vigor dos mercados de capitais em cada país do mundo. Essa é a empresa(firma) capitalista de natureza coletiva.

4.2 Empresas coletivas sob o capital: empresas de capital aberto x empresa solidária

A evidência de firma coletiva não é nova. Na realidade desde o final do século XIX as firmas assumem um formato no qual se destaca a grande escala, a tendência à internacionalização e a propriedade coletiva do capital através do artifício das sociedades anônimas. Nesse sentido a principal ruptura que a evolução do pensamento sobre a firma capitalista produziu foi a substituição definitiva da firma individual, centrada no proprietário único, como representante fundamental da categoria firma.

Mesmo que, atualmente a dominância da firma-rede seja clara e abram-se os espaços para o pequeno capital que compõe os elos dessa enorme cadeia de produtores, mesmo esses capitais menores são produtos de associações, fusões e aquisições que deixam no centro de sua constituição a propriedade coletiva desses meios de produção. O “coletivo” nesta interpretação é sempre resultante da propriedade não única, ou seja, não de um único proprietário dos meios de produção, mesmo que sejam poucos, esses proprietários.

Podemos então considerar a firma-rede como a representação, por excelência, do desenvolvimento capitalista contemporâneo, personalizando de forma acentuada todas as suas tendências: dominância da ciência, aumento exponencial da produtividade, elemento da integração dos mercados de bens e financeiro, presença mundializada, necessidade decrescente de força de trabalho por unidade produzida.

Entretanto, não é esse o único formato de empresa coletiva presente nesta fase do desenvolvimento capitalista. Na realidade, tal desenvolvimento ensejou um movimento de exclusão acentuado de segmentos populacionais importantes, retratado nas altas taxas de desemprego vigentes em todo mundo capitalista, as quais se adicionam os trabalhadores em tempo parcial, eventuais e intermitentes decorrentes da intensa flexibilização dos contratos de trabalho. Essa tendência imanente do capital tem gerado graves problemas de exclusão social mesmo que de gravidade e natureza distintas quando se compara os grupos dos países desenvolvidos *vis-à-vis* aos subdesenvolvidos.

Neste artigo o nosso foco centra-se na referência de exemplos de economia solidária, quais sejam, cooperativas de produção e serviços e associações com fins econômicos¹⁸. Cada um desses eventos expressa situações jurídicas distintas, porém são consideradas como possibilidades de “fazer” de outro modo e portanto, diferentemente da firma capitalista. Aqui residiria então o crivo da nossa análise: é possível considerar a empresa coletiva solidária como portadora de uma utopia transformadora ?

QUADRO I – Caracterização das empresas coletivas sob o capital

Empresa coletiva solidária	Empresa coletiva de capital aberto
Trabalho cooperado centrado na atividade individual de cada participante	Trabalho cooperado centrado no assalariamento
Identidade entre proprietários e gestores	Distinção entre proprietários e gestores
Gestão democratizada dos processos de trabalho	Gestão hierarquizada do processo de produção
Dominada pelo trabalho humano e elaborando produtos, em geral, de baixo valor agregado	Dominada pela ciência
Apropriação coletiva dos resultados individualizada pelo número de horas trabalhadas por cada participante.	Apropriação privada dos lucros regida pelo retorno possível na esfera financeira e consubstanciada nos dividendos individualizados

O lado direito do quadro identifica as características centrais da empresa coletiva de capital aberto ancorada firmemente no próprio desenvolvimento capitalista. O lado esquerdo do quadro(as empresas coletivas solidárias) decorre, na maioria dos casos, da capacidade de renovação e das inovações institucionais incorporadas nos últimos 20 anos pelas grandes firmas capitalistas. Ambas estão organizadas através do trabalho cooperado; uma, na relação de emprego e a outra no trabalho individualizado. A firma-rede, através da incorporação permanente de progresso técnico (indissociado da ciência) é uma expressão do avanço das forças produtivas capitalista na atualidade.

Mesmo identificando diferenças fundamentais entre os dois lados do quadro apresentado acima, é evidente que a inovação organizacional representada pela empresa coletiva solidária também está submetida à lógica do capitalismo. Assim cada unidade está submetida à necessidade de ganhos de produtividade e busca um certo tempo médio

¹⁸ No Brasil, considera-se também como representativa da economia solidária, as empresas auto-geridas pelos trabalhadores. Tais empresas resultam de processos falimentares indicando claramente que tratava-se de empresas com problemas de sustentabilidade nos mercados e que sobrevivem à falência por serem legalmente geridas pelos trabalhadores.

de produção. No entanto, as condições de concorrência, produtividade e sustentabilidade são fortemente diferenciadas. Em que medida, então, é possível considerar que a empresa solidária forneça as pistas para a superação do capital?

Certamente, esse nos parece um caminho equivocado. A economia solidária, tal como ela se apresenta, retrata formas de resistência política aos efeitos deletérios dessa fase do desenvolvimento capitalista e manifestações frágeis de luta pela sobrevivência material. Neste sentido é o lado mais frágil da produção sob o capital. Não é essa forma de coletivização sob o capital que fornece as pistas para a transição. Como vimos, no caso estudado, tais empresas solidárias mesmo submetidas ao capital e ao mercado, mesmo incorporando inovações e buscando ganhos de produtividade apresentam frágil capacidade competitiva o que compromete definitivamente a possibilidade de virem a ser a forma dominante de organizar a produção e o trabalho.

CIPOLLA(2006; 4) num artigo muito bem desenvolvido argumenta que as empresas menos eficientes são aquelas que formam a matéria prima da economia solidária, o campo fértil da das empresas de auto-gestão. Mais à frente(p.5) o autor é ainda mais incisivo. “A expansão da economia solidária como modo de produção alternativo implica, por um lado, o aumento do número de unidades produtivas e, por outro, uma redução progressiva da produtividade média do trabalho. A transição para o socialismo implicaria, portanto, uma redução do nível de socialização das forças produtivas, exatamente o contrário da visão marxista clássica”.

Seguindo a visão marxista clássica, entretanto, o real-concreto do capitalismo contemporâneo com potencialidade suficiente para nos auxiliar a pensar a transição é exatamente o lado direito do quadro, ou seja, a firma-rede. É nela que se consubstancia o mais pleno desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. Do mesmo modo, é na firma-rede que se expressam a agudização das contradições dessa fase do capitalismo e os meios mais adequados para a sua desfetichização.

O fundamento desta interpretação está nos princípios básicos do socialismo científico clássico que sustenta o argumento de que o socialismo se produzirá pelo próprio desenvolvimento do capitalismo, ou seja, pelo próprio desenvolvimento das forças produtivas do capital. Esse desenvolvimento, por sua vez, pode ser visualizado pelo crescente movimento de coletivização dos meios de produção ilustrado pelo comportamento da firma-rede contemporânea. Assim, à luz do socialismo científico não há fundamento para atribuir às atividades que ocorrem nas franjas do capital, atividades

essas com as quais se assemelham a chamada “economia solidária” e se alimentam dos excessos populacionais produzidos pela própria expansão contraditória do capital.

5 Economia Solidária: um “approche” de política de geração de ocupação e renda e ainda o “embrião” de uma política de controle social

As seções anteriores procuraram evidenciar a impossibilidade de atribuir às experiências de economia solidária, tal como elas se fazem no Brasil, a tarefa de oferecer uma alternativa ao modo de produção capitalista, ou mesmo de fornecer “pistas” para a transição.

Como vimos há em curso uma política de indução ao trabalho associado quer sob a forma de cooperativas populares ou ainda de associações. Esta indução resulta claramente das restrições ao crescimento econômico nos últimos 25 anos, da importante concentração funcional da renda, dos efeitos deletérios produzidos pela implementação de políticas de cunho neo-liberal e pela forma passiva que o país adentrou à globalização nos anos noventa do século passado. Diante da impossibilidade de geração de postos de trabalho na medida das necessidades das populações em idade ativa e da instalação de importantes segmentos populacionais em condições diferenciadas de manifestação do exército industrial de reserva, estimula-se o trabalho associado. Alguns poderão argumentar que esse é um mal menor...

Mas como os resultados da pesquisa evidenciaram, o trabalho associado não é, na maioria dos casos, uma escolha do trabalhador. Há uma absoluta dominância de associação e/ou cooperativas geradas pela indução da política pública¹⁹. Esse modo de trabalhar lhe é apresentado como uma “saída” à falta de alternativas que lhe garanta a sua sobrevivência material. De certo modo, a indução acaba por despertar no trabalhador a curiosidade de “saber como é” e a possibilidade de “fazer diferente” passa a povoar a sua mente, o seu sonho, mas não o seu bolso. O “fazer diferente” exerce uma forte atração como os nossos resultados evidenciaram.

As empresas coletivas solidárias são prisioneiras de um conflito multifacetado cujos lados são: o desejo de « fazer diferentemente », (que não é verdadeiramente de cada um, mas lhes foi induzido pela política pública) ou seja, organizar-se

¹⁹ Na amostra estudada das 32 empresas coletivas solidárias apenas uma possuía um projeto próprio prévio à constituição da cooperativa.

coletivamente movido por valores morais, pela solidariedade e motivações coletivas, mas tais empresas são permanentemente « desafiadas » pelas restrições e dificuldades econômicas.

Como também vimos esses empreendimentos enfrentam toda sorte de dificuldades para tornarem-se viável economicamente. Entretanto, a política pública não está concebida para esta fase do processo. Tal como tem feito a SENAES, é possível atrair, induzir, capacitar parcialmente os envolvidos mas não construir políticas que criem efetivamente as condições de sustentabilidade da empresa coletiva solidária.

Tomando em conta apenas a questão do crédito. Os trabalhadores associados se constituem praticamente no último elo da hierarquia de trabalhadores sem condições de acessar nem mesmo ao microcrédito. A nosso ver, para superar tal conflito só a ação da política pública compromissada com o desenvolvimento de práticas solidárias, assentada num *projeto político* claro, consciente e persuasivo no sentido de evidenciar que é exatamente a superação deste conflito o seu objetivo. De pouco adiantará, prosseguir na propagação do modelo cooperativo popular sem o enfrentamento dessa questão central, como são os exemplos da ação da DMLU na RMPOA e da parceria SENAES/SERT/UFPR na RMCR.

Uma maior clareza sobre o que afinal constitui a economia solidária exige também o descolamento do estigma que pesa sobre ela de ser uma solução para os “pobres”. A maior complexidade desta questão decorre exatamente do grupo social ao qual pertence a grande maioria dos associados desses empreendimentos. São pessoas fragilizadas pelo desemprego, pela perda da ocupação anterior, pelo medo constante de “não dar certo” etc. Nesse sentido as empresas solidárias são colocadas diante de desafios complexos e diversos dos enfrentados pelas firmas, e tratá-los adequadamente, é condição de base para o “sucesso” da empresa solidária.

Entendemos, pelo conjunto de motivos acima expostos, que em primeiro lugar, há no âmbito da concepção das políticas públicas dirigidas à indução da Economia Solidária a expectativa de que ela deverá cumprir o papel de incluir e validar socialmente cada um dos seus associados e cooperados.

Em segundo lugar, a Economia Solidária precisa ser viável economicamente sob o risco de jogar por terra a tarefa da própria validação social de cada participante. Se ela consegue ser viável economicamente ela poderá então contribuir para a reprodução pessoal, familiar e do grupo envolvido. Entretanto, para que tudo isto tenha continuidade a empresa solidária precisa se manter como tal, e segundo as regras do

jogo em curso, isto impõe a incorporação de procedimentos de agregação de valor de forma regular e contínua. Ajudaria muito se essas empresas fossem vistas como elas são, pequenos negócios, e não um elo de uma corrente missionária responsável pela instalação do socialismo.

Evidentemente, é uma tarefa múltipla e complexa, o que se espera de uma empresa coletiva solidária num país subdesenvolvido e com dificuldades de incorporação de sua população nos mercados de trabalho. Certamente, esse quadro é diferente num país desenvolvido no qual a inclusão e validação social são relativamente mais acessíveis quer por mecanismos estatais de reconhecimento dos direitos universais dos cidadãos quer pelo vigor de suas economias ou ainda, pela presença mais contínua de práticas associativas e coletivas.

Desse modo, essa análise está fortemente instigada a encontrar pistas para avançar na superação do paradoxo central entre motivação solidária e desafios econômicos. Isto nos faz repetir a assertiva de que a ação da política pública compromissada com o desenvolvimento de práticas solidárias precisa construir um projeto político claro, consciente e persuasivo no sentido de evidenciar que é exatamente a superação deste conflito o seu objetivo. Caso contrário, as políticas de economia solidária nos países subdesenvolvidos podem facilmente transformarem-se em meios de um mero controle social da pobreza. E, neste caso, meios muito eficazes!

Como também já vimos, mesmo a partir da atuação da SENAES, as políticas de economia solidária constituem-se num elo da política de geração de ocupação e renda que incentiva a prática do trabalho associado como meio de sobrevivência material de indivíduos e grupos. A preparação para tal prática exige a apreensão de valores éticos, morais e sociais centrados na cooperação e no coletivo para grupos muito fragilizados socialmente os quais ainda teriam a “responsabilidade” de construir um modelo de superação do capital. Enquanto isto, os trabalhadores reais que vivem a economia solidária ganham pouco, trabalham demasiado quando mensurado em horas de trabalho, sofrem pressões para a intensificação deste trabalho, não possuem acesso a crédito, na esmagadora maioria dos casos, e vivem sem perspectivas concretas de alterar o futuro na direção de uma vida melhor.

A nosso ver, esse é um procedimento enganoso que corre o risco de criar uma espécie de “cortina de fumaça” entre a realidade de cada empresa coletiva solidária e a realidade concreta do capitalismo, minar as possibilidades de ampliação de forças sociais que lutem pelas rupturas necessárias para que a sociedade brasileira construa o

caminho de seu efetivo desenvolvimento econômico e social. Poderá haver controle social da pobreza mais eficaz do que esse?

Referências Bibliográficas

- AZAÏS CH., GIRARD J.-P. (coords) Rapport de la recherche Pôle SHS « *Nouvelles formes de travail et dynamiques territoriales en milieux urbain et métropolitain : une interprétation à partir des enseignements de l'économie solidaire* », UPJV/UTC/Conseil Régional de Picardie, octobre, mimeo, 2002
- AZAIS, CH. « Economia Solidária ou práticas solidárias? Um questionamento a partir da sociologia econômica” São Carlos, SP. I Congresso Internacional de Sociologia Econômica e das Finanças, UFSC, 2006
- AZNAR,G. ET ALLI. Travail et activité: revenu pour tous? Vers l'économie plurielle, Paris Syros, 1997
- BOUTILLIER, S. « Mondialisation, Nouvelle Organisation Industrielle et Transformation du Capitalisme. Unité detemps, unité de lieu et unite d'action de la firme-reseau » Porto Alegre, Brasil. XXV Congreso da ALAS, 2005.
- CARRION MACHADO, R. (2002) *L'Economie Solidaire au Rio Grande do Sul: La Participation de l'Université Fédéral do Rio Grande do Sul*. Deuxième Colloque Provençal de ÉCOF- CDEC: Des Pratiques Novatrices en Economie Social. Trois Rivières. Corporation du Développement Economique Communautaire de Trois-Rivières. 10 –11 avril. p. 1- 19, 2002
- CARLEIAL, L. Redes Industriais de Subcontratação. Um enfoque de sistema nacional de inovação, SP, Hucitec, 2001
- CARLEIAL, L.; CARRION, R.; BAL, M. M; TOSIN, M. "*Economia Solidária e Informalidade: pontos de aproximação, proposta conceitual e novos desafios para a política pública*" in: Garcia, M.F.& Katz, F.(orgs) PME/UEM, 2004
- CIPOLLA, F. P.”Notas para uma crítica da economia solidária” Curitiba, UFPR, mimeo, 2006
- CHANDLER, A.D. Scale and Scope. The Dynamics of Industrial Capitalism. Londres,Harvard University Press, 1990.
- FRANÇA FILHO, G. C. e LAVILLE, J. L. *Economia Solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre, UFRGS/LSCI, 2004.

FONTAINE E., GIRARD J.-P, “De la *praxis* et *poïesis* aristotélicienne à la théorie sociologique du don, pour un éclaircissement des pratiques d'économie solidaire”, Projet SHS, Rapport pour la Recherche *Nouvelles formes de travail et dynamiques territoriales en milieux urbain et métropolitain : une interprétation à partir des enseignements de l'économie solidaire*, Amiens, Pôle SHS, 2003.

GALBRAITH J. K. (1978), *Le temps des incertitudes*, Gallimard.

GERMER, C (2007) « A Economia solidária » : uma crítica marxista” in: Estudos de Direito Cooperativo e Cidadania”Curitiba, UFPR,ano 2007, número 1.pp51-74.

LIPIETZ,A. L’opportunité d’un nouveau type de société à vocation sociale. Rapport d’étape au ministre de l’emploi et de la solidarité, Bruxelles(mimeo), 1999.

MARX K. (ed 1976), *Le capital*, Éditions sociales.

GAIGER, L. I. Os caminhos da economia solidária no Rio Grande do Sul. In: SINGER, P. e SOUZA, A. R. *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo, Contexto, p.267-286, 2000.

GIRARD, J-P(2005) “La solidarité n’est pas une valeur morale”. Article présenté le 31 janvier dans le cadre du CRIISEA, UPJV, Amiens-France

MTE/MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. *Economia Solidária em Desenvolvimento*. Brasília. Secretaria Nacional de Economia Solidária. 2003

NAKANO Marilena. *Anteag: autogestão como marca*. In: SINGER Paul & DE SOUZA André Ricardo (orgs.) *A Economia Solidária no Brasil: autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo, Contexto. p.65-80, 2000.

POCHMANN, M. (org.). *Desenvolvimento, trabalho e solidariedade: novos caminhos para a inclusão social*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo/Cortez, 2002.

SCHUMPETER, J. A. (1912). *A Teoria do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo, Ed. Abril, Col. Os Economistas, 1985. (para a edição brasileira).

SINGER, P. e SOUZA, A.R.(orgs) *A economia Solidária no Brasil: a autogestão como uma resposta ao desemprego*. SP. Editora Contexto, 2003

SINGER, P.Introdução à Economia Solidária. SP, Editora Fundação Perseu Abramo, 2004

VELTZ, P. *Le nouveau monde industriel*. Paris, Gallimard(le débat),2000

VIEIRA, F.M. “Coerência e Aderência da Economia Solidária: um estudo de caso dos coletivos de produção do MST em Mato Grosso do Sul” Sp, USP, Tese de doutoramento, 2005.